



AGENDA DA SEMANA

INFORMATIVO SEMANAL DE ECONOMIA BANCÁRIA

Resultado do PIB do 1T24 concentra as atenções no Brasil. No cenário internacional, destaque para os dados de emprego nos EUA e reunião do BCE

No Brasil, as atenções do mercado estarão voltadas para o resultado do PIB do 1º trimestre de 2024, que será conhecido na terça (4) e deve apontar um crescimento de 0,7% no trimestre. Após relativa estabilidade da economia ao longo do 2º semestre de 2023, a expectativa é que atividade tenha ganhado tração neste início de ano, beneficiada pelo mercado de trabalho aquecido, estímulos fiscais, além do início do ciclo de redução da taxa de juros. Do lado da demanda, os destaques devem ser o avanço dos investimentos e do consumo das famílias, enquanto sob a ótica da oferta, o avanço da economia deve ter sido liderado pelo setor agro (início da colheita das principais safras) e os serviços, neste caso, impulsionado pelo varejo. Vale notar que o resultado do 2T24 deve ser mais fraco (com chances de resultado negativo), refletindo, especialmente o desastre climático no Rio Grande do Sul. De toda forma, o dado que será divulgado nesta terça ajudará os agentes a calibrarem a projeção de crescimento do PIB deste ano, por ora, com a mediana do mercado em 2%.

Ao longo da semana também serão conhecidos dados de atividade do 2T24, que ajudarão a dar o tom do desempenho da economia neste trimestre. Na quinta (5), o IBGE divulga o resultado da produção industrial de abril, que tem expectativa de queda de 0,1%, perdendo um pouco o ímpeto da recuperação, após duas altas seguidas. Na semana, também serão conhecidos os dados do setor automotivo (produção e emplacamentos), referentes ao mês de maio, que trarão os primeiros efeitos do desastre no RS sobre a atividade econômica no período.

Ainda na agenda de indicadores, teremos a divulgação de números da inflação e do setor externo. Na quinta (6), a Secex publica os números da balança comercial de maio, que deve seguir com um bom superávit, estimado em US\$ 8,5 bi para o mês, mas abaixo do observado em mai/23 (US\$ 11,0 bi), diante do maior dinamismo apresentado pelas importações neste ano. Já a FGV divulga o IGP-DI de maio na sexta (7), que deve subir 0,69% no mês, pressionado pelos itens industriais no atacado.

Em relação ao setor bancário, o BCB divulga o Relatório de Economia Bancária referente ao ano de 2023, na quinta (6). A publicação traz uma série de estudos e discussões envolvendo diversos tópicos relacionados ao SFN, como a evolução do mercado de crédito, nível de concentração e competição no setor, decomposição do spread bancário, entre outros temas.

No cenário internacional, destaque para os dados de emprego nos EUA (*payroll*) do mês de maio, que testarão os sinais emitidos no relatório de abril de desaceleração do segmento. A expectativa é de criação de 190 mil vagas de emprego, próximo ao dado de abril (+175 mil) e bem abaixo da média dos últimos 12 meses (+234 mil), mantendo a tendência de desaceleração no mercado de trabalho, que tem se mostrado bastante aquecido. Já a expectativa para a taxa de desemprego é de estabilidade em 3,9%. O dado será publicado na sexta (7).

Outro destaque da semana é o encontro de política monetária do Banco Central Europeu (BCE), que ocorre na quinta (6) e deve começar o ciclo de flexibilização monetária na região, com um corte de 0,25 pp das taxas de juros. Com isso, a taxa de refinanciamento deve ser reduzida de 4,50% para 4,25% aa. Diferente dos EUA que ainda apresentam um nível forte de atividade e uma inflação resiliente, a Zona do Euro tem mostrado um baixo dinamismo da atividade, enquanto a inflação tem caminhado, mesmo que lentamente, para a meta de 2,0%. Além da decisão, importante observar o comunicado pós-reunião, que deve ajudar a entender qual estratégia o BCE adotará neste processo de flexibilização monetária.

A semana ainda trará alguns indicadores de atividade das principais economias globais. Ao longo da semana serão divulgadas as leituras finais dos índices antecedentes de atividade nos EUA (PMI e ISM), Europa (PMI) e China (PMI Caixin) de maio. Além destes, também serão conhecidos dados da balança comercial chinesa; e, as vendas no varejo na Zona do Euro.

A próxima página traz o quadro completo da agenda de indicadores com as datas de divulgação e projeções de mercado.



INDICADORES DA SEMANA

NACIONAL

Data	Indicadores Nacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
04/jun	IBGE: PIB	1º tri/24	0,7% t/t-1 2,3% t/t-4	0,0% t/t-1 2,2% t/t-4
04/jun	Fenabreve: Emplacamento de Veículos	Mai/24	-	37,4% a/a
05/jun	IBGE: Produção Industrial (PIM)	Abr/24	-0,1% m/m 9,0% a/a	0,9% m/m -2,8% a/a
06/jun	Anfavea: Produção de Veículos	Mai/24	-	24,2% a/a
06/jun	Secex: Balança Comercial	Mai/24	US\$ 8,5 bi	US\$ 9,0 bi
06/jun	BCB: Relatório de Economia Bancária (REB)	2023	-	-
07/jun	FGV: IGP-DI	Mai/24	0,69% m/m 0,67% a/a	0,72% m/m -2,32% a/a

Fonte: Bloomberg.

INTERNACIONAL

Data	País ou Região	Indicadores Internacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
02/jun	China	PMI Caixin Manufatura	Mai/24	51,6 pts	51,4 pts
03/jun	Zona do Euro	PMI Manufatura	Mai/24 – final	47,4 pts	45,7 pts
03/jun	EUA	ISM / PMI Manufatura	Mai/24 – final	49,6 pts / 50,9 pts	49,2 pts / 50,0 pts
04/jun	China	PMI Caixin Serviços	Mai/24	52,5 pts	52,5 pts
05/jun	Zona do Euro	PMI Serviços	Mai/24 – final	53,3 pts	53,3 pts
05/jun	EUA	ISM / PMI Serviços	Mai/24 – final	51,0 pts / 54,8 pts	49,4 pts / 51,3 pts
06/jun	Zona do Euro	Vendas no varejo	Abr/24	-0,3% m/m	0,8% m/m
06/jun	Zona do Euro	BCE – Reunião de Política Monetária	-	3,75% aa; 4,25% aa 4,50% aa	4,00% aa; 4,50% aa 4,75% aa
07/jun	China	Balança Comercial (Exportações / Importações)	Mai/24	5,3% a/a 4,5% a/a	1,5% a/a 8,4% a/a
07/jun	Zona do Euro	PIB	1º tri/24 – 3ª leitura	0,3% t/t-1	-0,1% t/t-1
07/jun	EUA	Dados do Mercado de Trabalho Geração de Vagas /Taxa de Desemprego	Mai/24	190 mil / 3,9%	175 mil / 3,9%

Fonte: Bloomberg.

ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS

INDICADORES ECONÔMICOS

Números da inflação e mercado de trabalho mantém percepção de pouco espaço para novas quedas da Selic

A prévia da inflação, o IPCA-15, subiu 0,44% em maio. Em geral, o resultado trouxe boas notícias, já que ficou um pouco abaixo do esperado (0,47%), além de mostrar alguma acomodação nas principais medidas de núcleos. Contudo, em 12 meses, o índice mostrou uma desaceleração modesta, de 3,77% para 3,70%, dando sinais de esgotamento do processo de desinflação da economia.

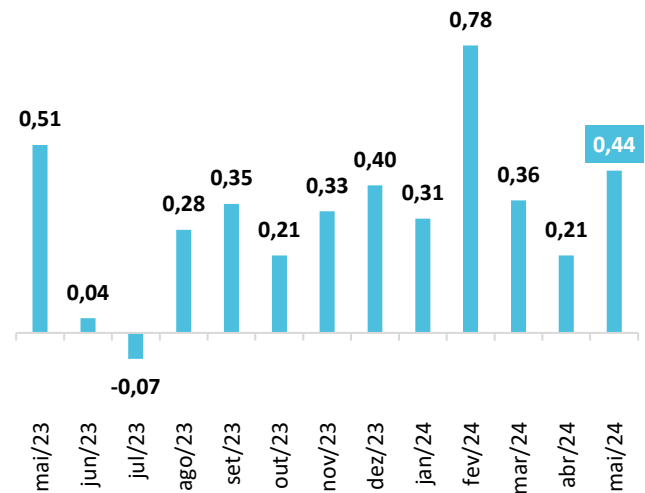
No mês, o maior impacto veio da gasolina, que subiu 1,90% e contribuiu com alta de 0,09 pp no indicador. Etanol (+4,70%) e diesel (+0,37%) também avançaram. Outra importante alta no mês veio dos produtos farmacêuticos (+2,06%), ainda capturando o reajuste de até 4,50% nos medicamentos autorizado no mês de abril. Os preços dos alimentos consumidos no domicílio também avançaram (+0,22%), mas em menor intensidade do que nos meses anteriores e deixando o posto de principal impacto sobre a inflação.

Do ponto de vista qualitativo, os resultados também vieram em tom positivo. O coeficiente de difusão (% de itens em alta) permaneceu em patamar contido (55,3%) e as medidas de núcleo mantiveram a tendência de desaceleração, inclusive entre os serviços subjacentes (de 5,23% para 5,16% em 12 meses), métrica bastante acompanhada pelo Banco Central.

No geral, os dados mostraram um comportamento relativamente benigno da inflação no curto prazo, mas com sinais de fim do processo de desinflação da economia. Além disso, a coleta ainda não captou os efeitos do desastre climático no Rio Grande do Sul, que devem ficar mais evidentes no resultado do IPCA final do mês de maio. Assim, a tendência é que o IPCA volte a acelerar a partir de sua próxima medição, sendo que a taxa de 3,70% deve ter sido o mínimo registrado neste ano. Com isso, o resultado não deve mudar a postura de cautela do BCB e a percepção de que o espaço para novos cortes da taxa Selic é limitado.

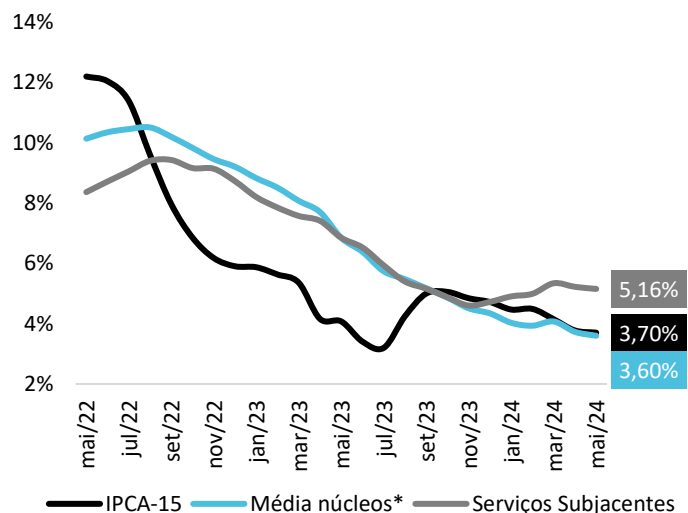
No mercado de trabalho, os números seguem positivos, com avanço da ocupação e dos rendimentos. Os dados mostram que o segmento se mantém aquecido, contribuindo para a expansão do consumo das famílias.

Quadro 1: IPCA-15 – Var. % mensal



Fonte: IBGE

Quadro 2: IPCA-15 e Índices Subjacentes - Acumulado em 12 meses



Fonte: IBGE. *Núcleos selecionados

A taxa de desemprego, calculada pela PNAD (IBGE), voltou a recuar, passada a pressão sazonal de início de ano, e fechou o trimestre encerrado em abril em 7,5% (ante 7,9% em março). O número surpreendeu positivamente o mercado, que esperava um recuo mais modesto, para 7,7%, além de ser a menor taxa para o período desde 2014 (7,2%). A taxa ajustada sazonalmente também recuou, de 7,4% para 7,2%, reforçando o desempenho positivo do segmento.

A melhora segue beneficiada pelo aumento da população ocupada, que chegou a 100,8 milhões de pessoas, um aumento de 2,8% na comparação anual, o que equivale a um acréscimo de 2,8 milhões de pessoas empregadas no período. A alta da ocupação tem sido liderada pelos trabalhadores com carteira assinada, que subiram 3,8% na mesma comparação.

O rendimento médio dos trabalhadores também seguiu avançando, com alta real anual de 5,2%. Este avanço, associado ao aumento do pessoal ocupado, tem impulsionado a massa salarial da economia, que registrou um expressivo avanço real anual, de 8,4%.

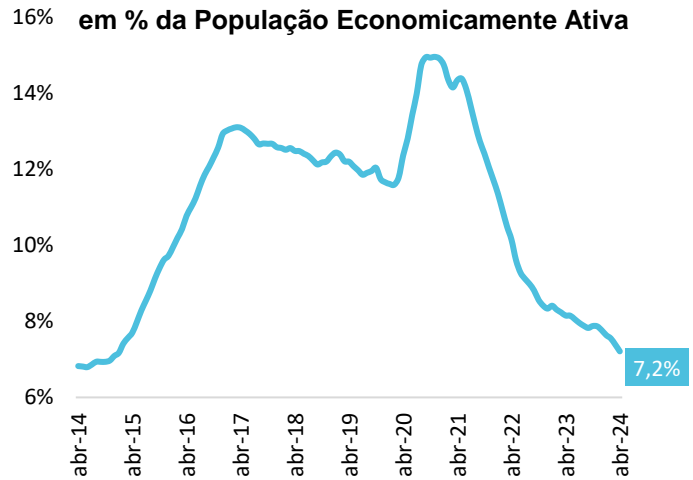
No setor formal, os dados também surpreenderam positivamente, com o Caged apontando geração líquida de 240,0 mil vagas em abril, acima do esperado (+210 mil). Todos os grandes setores registraram números positivos, com destaque para o setor de serviços (138,3 mil) e a construção civil (31,9 mil). Com mais um bom desempenho, o mercado de trabalho formal fechou os quatro primeiros meses do ano com geração de 958,4 mil vagas, 33,4% acima do observado no mesmo período em 2023 e o maior valor dos últimos anos.

Portanto, de um lado, o resultado mostra que o mercado de trabalho formal deve evidenciar uma geração robusta de vagas neste ano, que pode superar 2 milhões, favorecendo o avanço do consumo; de outro, reforça o tom de cautela do Banco Central quanto ao comportamento futuro da inflação.

Do ponto de vista fiscal, o governo central registrou um superávit primário de R\$ 11,1 bilhões em abril. Apesar de positivo, o número ficou abaixo do esperado (R\$ 13,0 bi) e do resultado observado em abril de 2023 (R\$ 16,2 bi).

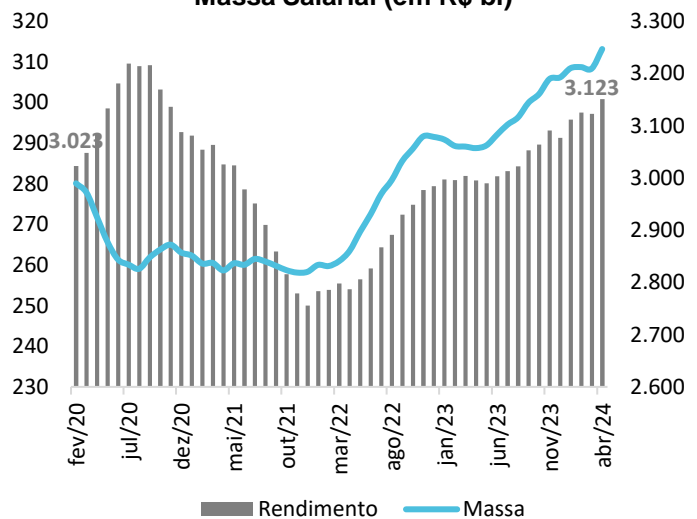
A piora do resultado ante abr/23 (em termos reais) decorreu do forte aumento das despesas (+12,4%), com destaque para os benefícios previdenciários (+17,0%), efeito da antecipação para abril do início do calendário do pagamento do 13º salário aos pensionistas do INSS, ante maio em 2023. Na mesma direção, também houve um aumento expressivo (+18,9%) dos gastos com o benefício de prestação continuada (LOAS). Contudo, mesmo tirando o efeito da antecipação do 13º salário, as despesas teriam crescido cerca de 7,5% no mês.

Quadro 3: Taxa de Desemprego* em % da População Economicamente Ativa



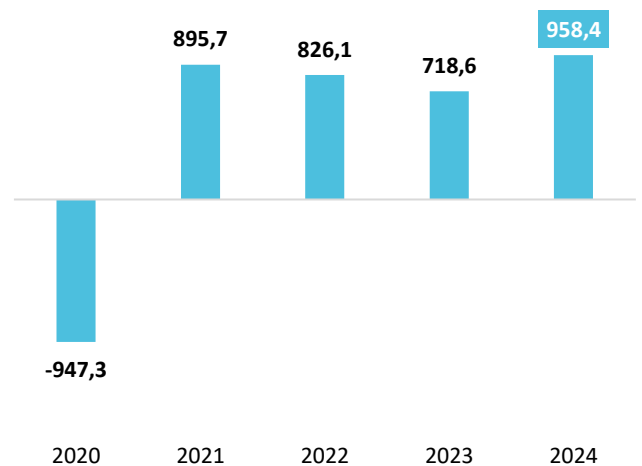
Fonte: PNAD. *Série com ajuste sazonal, elaborado pela Febraban

Quadro 4: Rendimento Médio (em R\$) e Massa Salarial (em R\$ bi)



Fonte: PNAD

Quadro 5: Geração de Vagas Formais – Acumulado no 1º quadrimestre – em milhares



Fonte: Caged

Do outro lado, as receitas seguiram com um bom ritmo de crescimento, com alta real de 8,4% das receitas líquidas no período, mas em menor proporção que a alta das despesas. Destaque para o aumento da arrecadação com os tributos administrados pela Receita Federal (+10,6%) e com a receita previdenciária (+6,3%).

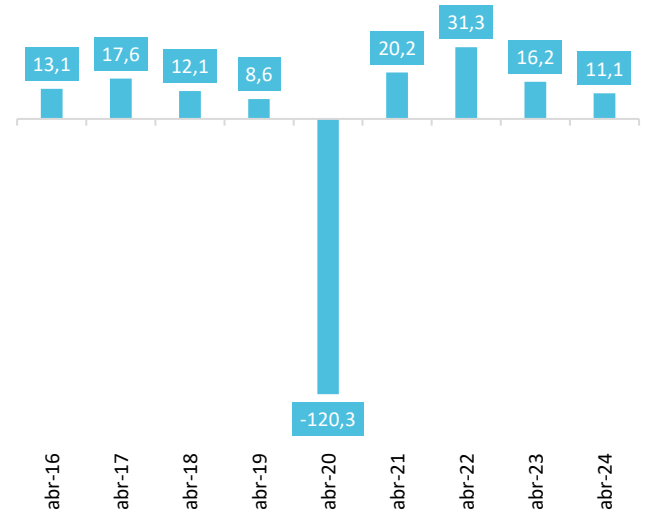
No acumulado do ano, o governo registra um superávit primário de R\$ 31,4 bi, abaixo do observado no ano passado (R\$ 49,8 bi) e o pior desde 2020, ano marcado pelos gastos em função da pandemia. De forma similar, o forte avanço das despesas (+12,4%) tem impedido uma melhora do resultado, mesmo com a expressiva alta das receitas (+8,9%). Bem verdade que houve neste ano a antecipação do pagamento de algumas despesas (precatórios e 13º INSS), que somaram cerca de R\$ 38,6 bi. Porém, mesmo tirando tais efeitos, a despesa cresce cerca de 6,5% em termos reais no ano, um patamar muito elevado.

Portanto, mesmo com o bom ritmo de avanço das receitas, a alta das despesas tem dificultado uma melhora do resultado fiscal. Assim, é improvável que o governo consiga cumprir a meta de déficit primário zero neste ano e a tendência é que o resultado fique mais próximo de um déficit em torno de 0,5% do PIB.

Já o setor público consolidado registrou um superávit de R\$ 6,7 bi em abril, segundo o Banco Central, número bem abaixo do observado em abr/23 (R\$ 20,3 bi). A deterioração foi disseminada entre os entes governamentais. Além da piora do resultado do governo central, conforme divulgado pelo Tesouro Nacional, os governos regionais também mostraram uma deterioração de seus resultados, passando de um superávit de R\$ 4,0 bi em abr/23 para um déficit R\$ 1,4 bi neste ano.

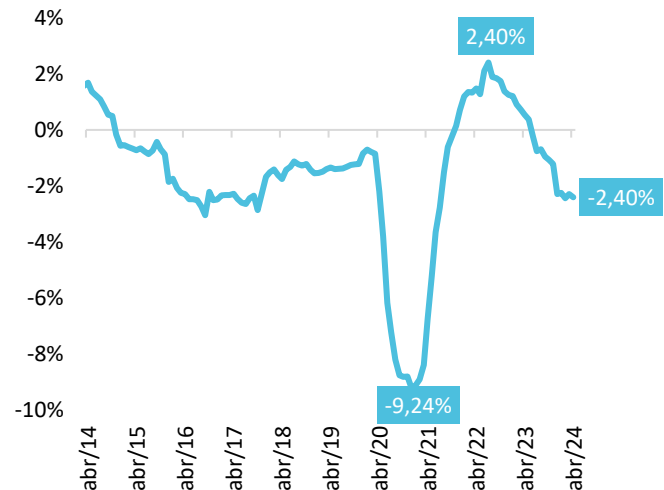
Com isso, em 12 meses, o déficit primário do setor público segue aumentando, tendo atingido R\$ 266,5 bi (2,40% do PIB). Já o déficit nominal, que também considera os gastos com juros atingiu R\$ 1,0 trilhão (9,4% do PIB), maior nível desde o auge da pandemia. Assim, o endividamento público (bruto) segue em alta, atingindo 76,0% do PIB. A expectativa, segundo o Boletim Focus, é que a dívida bruta chegue a 77,7% do PIB no final do ano.

**Quadro 6: Resultado Primário do Governo Central
Meses de Abril (Em R\$ bi, IPCA de abr/24)**



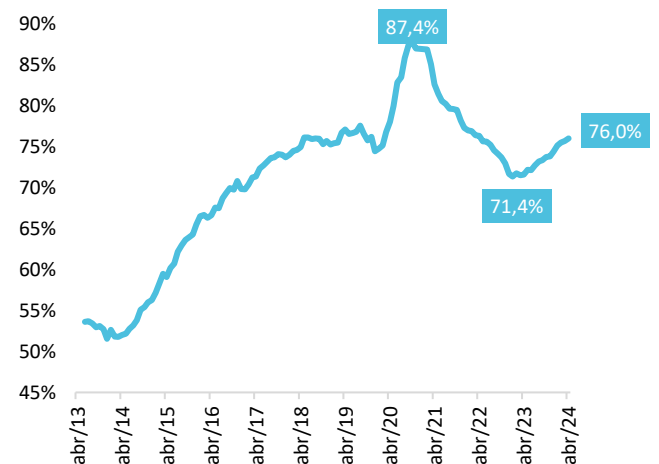
Fonte: Tesouro Nacional

**Quadro 7: Resultado Primário do Setor Público
Consolidado – Acum. 12 meses (% do PIB)**



Fonte: BCB

**Quadro 8: Dívida Bruta do Governo Geral
Em % do PIB**



Fonte: BCB

Indicadores Econômicos – Cenário Internacional

Cenário de juros altos por mais tempo segue pesando nos mercados

A aversão ao risco seguiu predominando nos mercados internacionais na semana, conforme os investidores se adequam às expectativas de juros mais altos por mais tempo nos EUA. Mesmo os dados de consumo mais fraco e preços mais contidos em abril não foram suficientes para animar os agentes, levando os principais índices acionários dos EUA a registrar nova queda na semana.

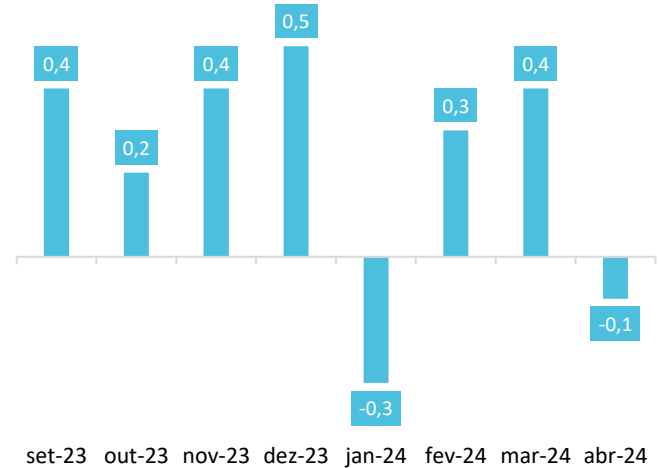
Nos EUA, os gastos pessoais subiram 0,2% em abril, pouco abaixo do esperado (+0,3%) e do ritmo de alta visto nos meses anteriores (+0,7% em fevereiro e março), sugerindo algum arrefecimento do consumo das famílias. Em termos reais, os gastos recuaram 0,1% no mês, após uma sequência de altas, com exceção de janeiro. Ainda em relação à atividade, a 2ª leitura do PIB do 1T24 mostrou um menor crescimento no período, com alta (anualizada) de 1,3%, decorrente de uma contribuição menor do consumo das famílias no período. Já o Livro Bege trouxe a percepção, por parte dos empresários consultados, de um crescimento modesto da economia desde o início de abril com um aumento mais contido dos preços desde então.

Neste sentido, do ponto de vista da inflação, o deflator de gastos de consumo pessoal (PCE) veio em linha com o esperado, subindo 0,3% no mês e ficando estável em 2,7% nos últimos 12 meses, assim como o núcleo que permaneceu em 2,8%. Porém, a métrica de preço, que é a preferida do Fed, trouxe algumas notícias positivas, como a moderação nos preços de bens e serviços, dado que a alta do mês foi a menor observada no ano até agora.

Na Europa, a prévia da inflação ao consumidor (CPI) de maio surpreendeu negativamente ao acelerar em base anual para 2,6% (ante 2,4%), onde era aguardada um avanço mais contido. Nos últimos 12 meses, destaque para os preços de serviços que seguiram pressionados (+4,1%) e os itens de energia (+0,3%) que reverteram a deflação observada nas últimas leituras. A divulgação deve gerar questionamentos do BCE sobre o quão sustentável é o processo de desinflação. Apesar de não comprometer a redução esperada dos juros na reunião desta semana, pode fazer com que o Colegiado sinalize que o processo de queda dos juros será bastante gradual, com movimentos intercalados entre as reuniões.

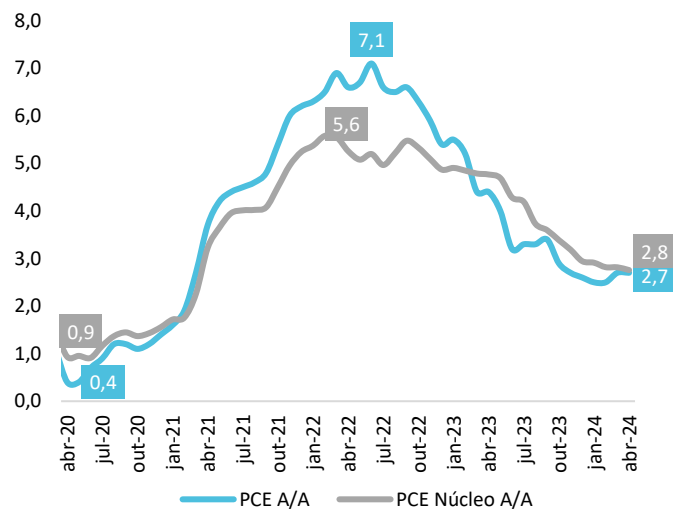
Por fim, na China, o índice PMI de maio mostrou que a recuperação da atividade no país tem tido dificuldades em ganhar tração de forma sustentada. Isso porque, o indicador da indústria voltou a indicar que o setor está em contração (49,5 pts).

Quadro 9: EUA – Gastos Pessoais em termos reais – Var. % m/m



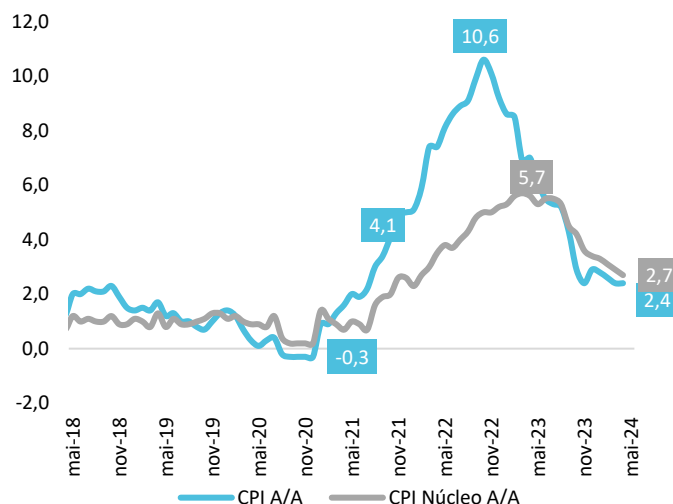
Fonte: Bloomberg.

Quadro 10: EUA – Deflator de Gastos de Consumo Pessoal (PCE) – Var. % a/a



Fonte: Bloomberg.

Quadro 11: Zona do Euro – Inflação ao Consumidor (CPI) – Var. % a/a



Fonte: Bloomberg.

Nota de Operações de Crédito

CRÉDITO / BANCOS

Ritmo de expansão do crédito segue acelerando enquanto juros e spreads seguem em queda

O saldo total da carteira de crédito cresceu 0,2% em abril, atingindo R\$ 5,9 trilhões (53,2% do PIB). Apesar da alta modesta no mês, o resultado foi suficiente para fazer com que o ritmo de expansão anual da carteira acelerasse pelo 3º mês seguido, passando de 8,5% para 8,7%. O resultado manteve a tendência de retomada do crédito em 2024, mas a dúvida é se a recente piora do cenário macroeconômico pode atrapalhar este processo.

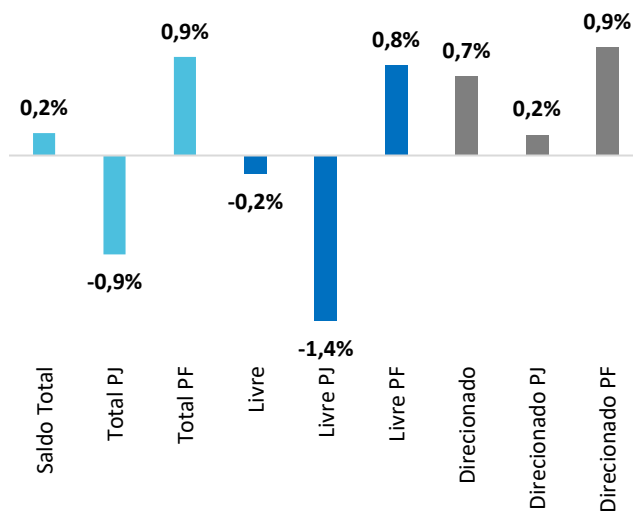
No mês, o crescimento foi puxado pelo crédito às famílias (+0,9%), com desempenho similar entre as carteiras com recursos livres e direcionados. A carteira livre cresceu 0,8%, com avanço disseminado entre as modalidades. Destaque para a alta das linhas mais arriscadas, como cheque especial (+2,7%), cartão parcelado (+2,7%) e rotativo (+1,3%), modalidades que vinham mostrando baixo dinamismo até então, diante da postura de maior cautela por parte das IFs, reflexo do nível ainda elevado da inadimplência (apesar da melhora recente). De toda forma, as linhas mais seguras, ou seja, que possuem garantias, como veículos (+1,6%) e consignado (+0,5%), também seguiram avançando. Já a carteira direcionada seguiu com bom ritmo de crescimento (+0,9%), com alta de mesma magnitude nas principais linhas (rural e imobiliário).

O crédito às empresas, por sua vez, retraiu 0,9% no mês, puxado pela carteira livre (-1,4%), que foi impactada pela sazonalidade negativa das linhas de fluxo de caixa, como descontos de duplicatas (-11,2%) e antecipação de faturas de cartão (-5,7%); e pelo desempenho ainda tímido da modalidade de capital de giro (+0,2%), principal da carteira. Já o crédito PJ direcionado mostrou alta modesta, de 0,2%.

Em 12 meses, o ganho de tração da carteira total foi explicado pelo crédito às famílias, que acelerou de 10,3% para 10,9%. O bom desempenho do crédito PF, que segue com ritmo de expansão em dois dígitos, tem contribuído (junto com o mercado de trabalho) para impulsionar o consumo das famílias. A aceleração ocorreu tanto na carteira livre (de 8,6% para 8,9%) quanto na carteira direcionada (de 12,6% para 13,4%). O ritmo de expansão do crédito às empresas, por sua vez, desacelerou de 5,7% para 5,3%, puxada pela acomodação da carteira livre (de 3,3% para 2,6%). Neste caso, a despeito da recuperação recente, o segmento ainda tem mostrado alguma dificuldade em ganhar tração de forma sustentada. Parte disso pode ser explicado pela substituição do crédito bancário pelo mercado de capitais, especialmente entre as grandes empresas; além da situação financeira ainda delicada das MPes, que ainda mostram elevada inadimplência. Já o ritmo de expansão da carteira PJ direcionada ficou estável em 10,4%.

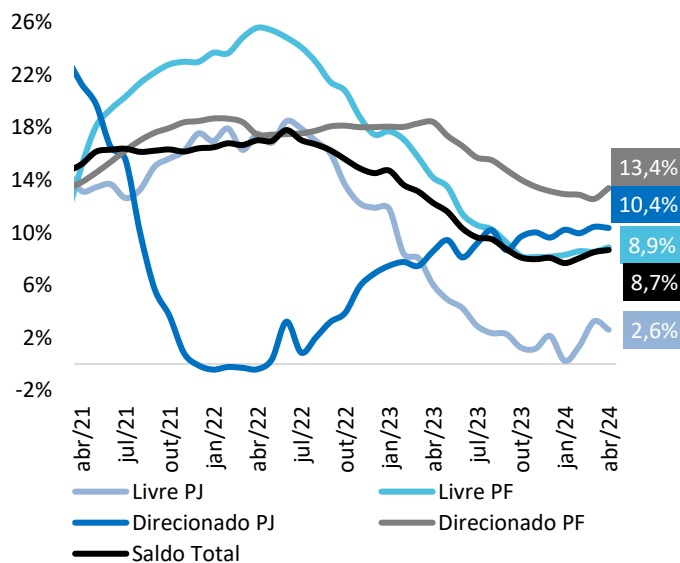
O volume total de concessões, por sua vez, retraiu 2,9% em abril (com ajuste sazonal e de inflação). No mês, houve queda nas concessões destinadas tanto às empresas (-0,9%), como para as famílias (-2,5%). No entanto, no acumulado em 12 meses (também ajustadas por inflação e dia útil), o volume total de concessões acelerou de 3,3% para 3,5%, indicando, assim como no saldo, algum ganho de tração do crédito.

Quadro 12: Saldo – Var.% mensal – Abr/24



Fonte: Bacen

Quadro 13: Saldo Total e Aberturas Var.% 12 meses



Fonte: Bacen

Em relação às condições de financiamento, a taxa média de juros do SFN voltou a cair (-0,2 pp, para 28,0% a.a.), após registrar ligeiro aumento no mês anterior. Em 12 meses, o recuo é de 3,8 pp.

O movimento não foi uniforme entre os recursos e segmentos. A queda do mês foi liderada pelas operações direcionadas destinadas às empresas (-2,0 pp, para 11,3% aa), com forte recuo da taxa dos financiamentos com recursos BNDES (-2,8 pp) e do imobiliário (-0,8 pp). Outra queda importante ocorreu nas operações livres destinadas às famílias (-0,4 pp, para 53,0% aa). Neste caso, o recuo foi puxado pela menor taxa do cartão parcelado (-8,6 pp), embora não tenha sido acompanhado por outras modalidades de maior risco, como o cartão rotativo (+2,3 pp) e cheque especial (+1,7 pp).

Na outra direção, a taxa média da carteira PJ Livre aumentou 0,4 pp no mês, para 21,3% aa, com a alta liderada pelas modalidades capital de giro (+0,8 pp) e desconto de duplicatas (+0,7 pp). Já a taxa média da carteira PF Direcionada ficou praticamente estável, em 9,9% aa, com alta de 0,1 pp no mês.

Com isso, o spread médio do sistema também voltou a recuar (-0,2 pp, para 19,2 pp). A queda foi puxada pelo menor spread da carteira livre às famílias (-0,8 pp). Na comparação com abr/23, o recuo do spread médio do SFN chega a 2,3 pp.

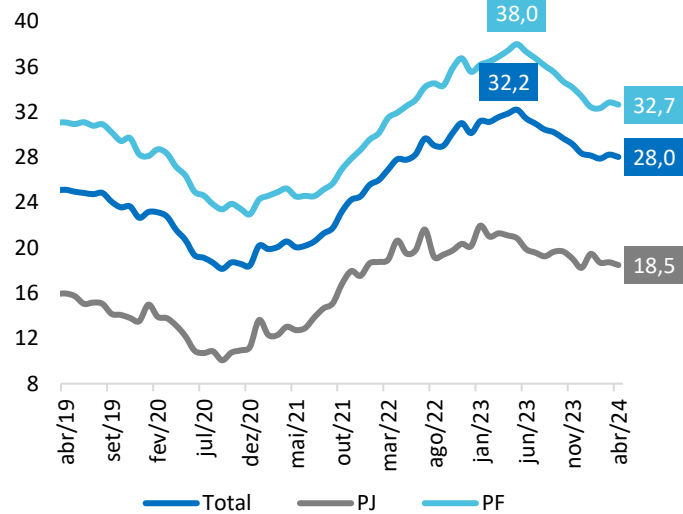
Já a taxa de inadimplência (>90 dias) ficou novamente estável, em 3,3%, com estabilidade também observada nas carteiras PF (3,7%) e PJ (2,6%). No entanto, importante destacar a ligeira alta na carteira PF com recursos livres (+0,1 pp, para 5,5%), que vem mostrando uma melhora, mas ainda se encontra em um patamar elevado.

No geral, os números de abril seguiram indicando um ganho de tração do crédito, reforçando as expectativas de um maior crescimento do segmento em 2024, que pode superar 9%. Esta melhora tem sido beneficiada pelas subseqüentes reduções das taxas de juros e pela moderação das taxas de inadimplência, ainda que em níveis elevados. Por ora, o ambiente tem contribuído para ampliar o apetite das IFs, ainda que com alguma cautela e com preferência pelas linhas mais seguras.

A dúvida, agora, é se a piora recente no cenário macro (com menor espaço para novos cortes da Selic), pode inibir, ainda que parcialmente, esta trajetória de retomada do crédito, especialmente no segmento livre. O crédito direcionado, por sua vez, deve ganhar estímulo diante da necessidade de recursos para recuperar o Rio Grande do Sul.

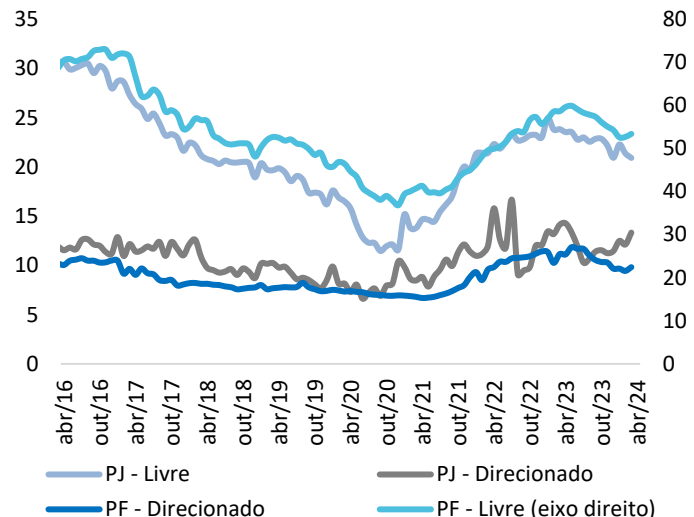
Para consultar um panorama mais detalhado das estatísticas de crédito, [clique aqui](#).

Quadro 14: Taxa de juros – Total, PF e PJ – Média do SFN – % aa



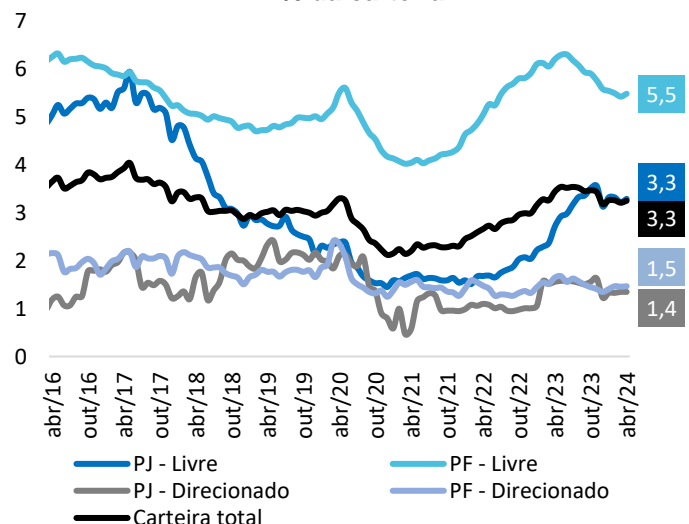
Fonte: Bacen

Quadro 15: Taxa de Juros – Aberturas Média do SFN – % aa



Fonte: Bacen

Quadro 16: Taxa de inadimplência (> 90 dias) – % da carteira



Fonte: Bacen

Regulação – Comitê de Estabilidade Financeira do Banco Central (Comef)

CRÉDITO / BANCOS

Comef mantém o Adicional Contracíclico de Capital Principal relativo ao Brasil em 0%

Em sua 57ª reunião, realizada nos dias 28 e 29 de maio, o Comitê de Estabilidade Financeira (Comef) do Banco Central manteve o Adicional Contracíclico de Capital Principal (ACCPBrasil) em 0%. Na prática, isso implica que os bancos seguem sem exigência de alocação extra de capital para as operações de crédito. Tal acréscimo normalmente é estabelecido (com defasagens temporais) pelos Bancos Centrais durante período de expansão mais forte do crédito, para que a parcela de capital acumulada nesse período seja utilizada em momentos de contração, atuando como um colchão anticíclico.

A avaliação do BCB é que a política macroprudencial está em posição neutra, consistente com períodos sem acúmulo significativo de riscos financeiros, apesar de manter a recomendação que as IFs continuem com uma gestão prudente de capital, dadas as incertezas econômicas. De toda forma, o Comef apontou que os bancos tem mantido voluntariamente níveis de capital e liquidez superiores aos requerimentos prudenciais, e que a suficiência de capital e liquidez é comprovada pelos testes de estresse feitos pelo BCB.

Em nota, o Comef considera que o Sistema Financeiro Nacional (SFN) está preparado para enfrentar a materialização de riscos, com provisões para as perdas de crédito, níveis de liquidez e capital adequados. As perdas seguem ocorrendo no crédito destinado às micro, pequenas e médias empresas (MPMEs). Por outro lado, a materialização de riscos nas linhas de maior risco para as pessoas físicas tende a continuar se reduzindo. Adicionalmente, o Comef pontou que a carteira de crédito segue com retorno positivo.

O Comitê também destacou que após movimento de desaceleração, a carteira de crédito tem apresentado certa inflexão, ou seja, uma retomada, em linha com o ciclo de queda da taxa Selic. De toda forma, o Comef alertou que diante dos riscos presentes no cenário, relacionados à atividade, endividamento das famílias e empresas de menor porte, é importante que os bancos sigam preservando a qualidade das concessões.

Com relação ao cenário internacional, o Comef destacou que acompanha com particular atenção as consequências da trajetória da política monetária nos países avançados, a dinâmica do mercado imobiliário na China, além dos eventos geopolíticos globais. Contudo, apontou que, se necessário, irá atuar minimizando contaminações desproporcionais sobre os preços dos ativos locais.

Diante do cenário destacado, o Comitê julgou pertinente manter o ACCPBrasil em 0% nas próximas reuniões, como resultado das condições financeiras restritivas, dos preços dos ativos e das expectativas em relação ao mercado de crédito.

A ata da reunião será divulgada nesta quarta-feira (5), trazendo mais detalhes sobre o encontro. A próxima reunião do Comef está marcada para os dias 27 e 28 de agosto. [Clique aqui](#) para ler o comunicado completo.



MERCADOS E EXPECTATIVAS

FOCUS – Indicadores Selecionados	2024				2025			
	31/05/24	24/05/24	03/05/24	Viés	31/05/24	24/05/24	03/05/24	Viés
IPCA (%)	3,88	3,86	3,72	▲	3,77	3,75	3,64	▲
PIB (% de crescimento)	2,05	2,05	2,05	↔	2,00	2,00	2,00	↔
Meta Selic - fim do ano (% a.a.)	10,25	10,00	9,63	▲	9,18	9,00	9,00	▲
Taxa de Câmbio - fim do ano (R\$/US\$)	5,05	5,05	5,00	↔	5,05	5,05	5,05	↔

Fonte: Banco Central do Brasil.

Indicadores do Mercado	31/05/24	Variação %			
		Na semana	No mês	No ano	12 meses
NACIONAL					
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	5,25	1,51%	1,01%	8,01%	4,63%
CDS Brasil 5 anos (em pontos)	142,96	-3,22%	-5,02%	7,92%	-31,73%
Juros DI 30 dias (% a.a.)	10,39	0,01%	-0,67%	-10,80%	-23,84%
Juros DI 1 ano (% a.a.)	10,56	-0,19%	1,63%	5,22%	-14,75%
Juros DI 5 anos (% a.a.)	11,68	0,58%	0,93%	15,97%	5,10%
Índice Ibovespa (em pontos)	122.098,09	-1,78%	-3,04%	-9,01%	10,43%
IFNC (setor financeiro)	12.100,27	-1,93%	-3,31%	-12,34%	6,65%
INTERNACIONAL					
Fed Funds (% a.a.)	5,50	0,00%	0,00%	0,00%	4,76%
T-NOTE - 2 anos (% a.a.)	4,87	-1,48%	-3,23%	14,65%	12,25%
T-NOTE - 10 anos (% a.a.)	4,50	0,75%	-3,87%	15,97%	25,13%
Dollar Index	104,67	-0,05%	-1,46%	3,29%	1,07%
Índice S&P 500 (em pontos)	5.277,51	-0,51%	4,80%	10,64%	25,03%
Índice de ações de bancos – EUA	98,03	-0,11%	2,49%	-10,49%	17,77%
Índice Euro Stoxx 50	4.983,67	-1,03%	1,27%	10,22%	17,05%
Índice de ações de bancos - Zona do Euro	146,76	0,18%	3,62%	24,01%	46,39%
Barril de Petróleo - tipo Brent (US\$)	81,62	-0,61%	-7,10%	5,94%	9,88%

Fonte: Bloomberg.

Diretoria de Economia, Regulação Prudencial e Riscos
economia@febraban.org.br

Rubens Sardenberg
 Jayme Alves
 Luiz Fernando Castelli
 Daniel Casula
 João Vítor Siqueira